

Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus

Adilson Marques Gennari¹

47

Resumo

As teorias da população de Malthus e Marx são diametralmente opostas. Na primeira, idealista, a dinâmica da população é determinada subjetivamente sendo seus determinantes de caráter individual e principalmente moral. Já na segunda, materialista, a dinâmica depende dos elementos do processo histórico objetivo: a luta de classes, a produtividade do trabalho, a composição orgânica do capital, a acumulação de capital e suas contradições.

Palavras-chave: Karl Marx; Thomas Malthus; teoria da população.

Resumen

Las teorías poblacionales de Malthus y Marx son diametralmente opuestas. En el primero, idealista, la dinámica poblacional está determinada subjetivamente y sus determinantes son de carácter individual y principalmente moral. En el segundo, materialista, la dinámica depende de los elementos del proceso histórico objetivo: la lucha de clases, la productividad del trabajo, la composición orgánica del capital, la acumulación del capital y sus contradicciones.

Palabras clave: Karl Marx; Thomas Malthus; teoría de la población.

Abstract

The population theories of Malthus and Marx are diametrically opposed. In the first, idealistic, population dynamics are subjectively determined and its determinants are of an individual and mainly moral nature. In the second, materialist, the dynamics depend on the elements of the objective historical process: the class struggle, labor productivity, the organic composition of capital, capital accumulation and its contradictions.

Keywords: Karl Marx; Thomas Malthus; Theory of Population.

¹ Economista, doutor em Ciências Sociais – IFCH-UNICAMP. Professor aposentado do Departamento de Economia da UNESP Araraquara. | gennariadilson@gmail.com



Introdução

48

Entre várias teorias que abordam a questão da reprodução da população humana em sociedade, seus determinantes e consequências, duas chamam a atenção, tanto pelo poder persuasivo, quanto pela aceitação geral como pressuposto de várias correntes de pensamento, passando pelas mais variadas áreas das ciências sociais e biológicas. As influências são fantásticas nas ciências sociais principalmente na economia e na sociologia. Mais recentemente as chamadas ciências ambientais foram muito influenciadas e algumas de suas áreas aceitaram quase que como verdade universal os pressupostos da teoria da população de Malthus. Tudo isso torna socialmente relevante uma visita aos elementos centrais das teorias de dois clássicos do pensamento universal sobre o assunto. Assim, nosso objetivo nesse ensaio é apresentar, ainda que sumariamente, alguns elementos das contribuições clássicas do pensamento sobre população do economista político inglês Thomas Malthus e do filósofo e economista alemão Karl Marx. Ambas as teorias são tanto polêmicas quanto inspiradoras e iluminam os estudos e debates até os dias que correm. É interessante notar desde logo que se trata de duas teorias heurísticamente, metodologicamente e filosoficamente opostas. De um lado temos a reflexão subjetivista e idealista de um economista e sacerdote cristão, representante de uma importante fração da classe dominante, e de outro lado, a reflexão objetivista e materialista de um filósofo maldito em seu tempo e considerado representante do proletariado ou da classe oprimida.

1. As ideias de Thomas Robert Malthus sobre a população

Thomas Robert Malthus (1776-1834) desenvolveu suas reflexões numa época de grandes transformações econômicas e sociais. Basta dizer que ele foi contemporâneo, como Ricardo, dos desdobramentos da revolução industrial inglesa. Naquele contexto, a jornada de trabalho das crianças inglesas durava de 14 a 18 horas com direito a poucos minutos para a refeição. Os protestos e motins se alastraram por toda a primeira metade do século XIX. Naquele contexto, Malthus reservou para si a tarefa de refletir sobre como melhorar a sociedade e assim colocou no centro de suas preocupações a questão da reprodução da população e da possibilidade de crise de superprodução na sociedade contemporânea, tornando-se assim referência clássica obrigatória nos estudos de população



e da dinâmica do capitalista até os dias que correm. Um pressuposto importante da elaboração malthusiana sobre a população é que a população tinha sempre que ser mantida ao nível dos meios de subsistência. Segundo o autor em análise, o melhoramento da sociedade dependia do equilíbrio entre a população e os meios de subsistência e desse modo tornava-se primordial compreender quais os fatores que possibilitariam tal equilíbrio.

Tendo em vista os argumentos de Adam Smith, Hume e Wallace, Malthus elaborou o que chamou de seus postulados. Nas palavras de Malthus: "creio que posso razoavelmente colocar dois postulados. Primeiro: que o alimento é necessário à existência do homem. Segundo: que a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu presente estado" (Malthus, 1982, p. 56).

Uma vez aceitos os postulados acima como razoáveis, Malthus supôs que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente superior à capacidade da terra de produzir os meios de subsistência necessários. Assim, Malthus apresenta suas principais ideias sobre o princípio da população, segundo o qual "a população, quando não obstaculizada, aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética. Uma ligeira familiaridade com números mostrará a imensidade da primeira capacidade comparativamente à segunda" (Malthus, 1982, p. 57).

Desse modo, a discrepância entre os aumentos da população e dos víveres implicava em obstáculo ao crescimento da população, que operaria constantemente e adviria da dificuldade de manutenção da subsistência. Segundo Malthus, "essa desigualdade natural das duas capacidades, da população e da produção da terra, e aquela grande lei de nossa natureza que deve manter constantemente seus efeitos iguais, formam a grande dificuldade que me parece insuperável no avanço da perfectibilidade da sociedade" (Malthus, 1982, p. 58).

Nesse sentido, dado o argumento contundente pode-se concluir contra a perfectibilidade da massa de seres humanos. Malthus entende que num estado de grande igualdade e virtude, onde prevalescessem costumes puros e simples e onde os meios de subsistência fossem tão abundantes que nenhum setor da sociedade pudesse ter quaisquer temores acerca de prover amplamente uma família (...) o aumento da espécie humana seria evidentemente muito maior do que qualquer aumento até agora conhecido. (Malthus, 1982, p. 59)

Os estudos de Malthus sobre a realidade dos Estados Unidos da América lhe trouxeram elementos empíricos para suas teses sobre a



população. Segundo ele “nos Estados Unidos da América, (...) verificou-se que a população dobra a cada vinte e cinco anos. (...) Esta taxa de crescimento (...) será tomada como nossa regra” (Malthus, 1982, p. 59). E ao comparar tal taxa de crescimento populacional com o crescimento dos alimentos, por exemplo, da Inglaterra, Malthus entendeu que “repartindo-se mais a terra e por grandes encorajamentos à agricultura, o produto dessa ilha possa ser dobrado nos primeiros vinte e cinco anos. (...) É impossível supor que o produto pudesse quadruplicar nos vinte e cinco anos seguintes” (Malthus, 1982, p. 59).

Finalmente Malthus conclui que o aumento da espécie humana só poderia ser mantido comensurável ao aumento dos meios de subsistência “pelo constante funcionamento da possante lei da necessidade, que age como um obstáculo sobre o poder maior” (Szmrecsányi, 1982, p. 61).

A discussão de Malthus sobre população alimentou seus argumentos acerca da polêmica lei de amparos aos pobres de seu tempo. Nesse aspecto particular, há uma obsessão moral de Malthus contra os costumes da classe operária, principalmente no que tange ao hábito de tomar cerveja. Essas ideias de Malthus inspiraram muitos economistas conservadores modernos na elaboração de suas teorias acerca da impossibilidade e inutilidade de uma política de bem-estar social que tivesse no seu cerne a distribuição de renda. Para que distribuir renda se os pobres amorais gastariam todo o acréscimo de renda em futilidades, vícios e orgias. Seria melhor manter a renda concentrada pois pessoas frugais iriam poupar o excedente que transformar-se-ia em investimentos e progresso geral da sociedade. Nós na periferia brasileira conhecemos bem as teorias do crescimento do bolo.

Nesse aspecto, é relevante observarmos o tratamento dispensado por Malthus à questão da lei dos pobres na Inglaterra, segundo o qual “a fim de remediar os frequentes sofrimentos dos pobres têm sido instituídas leis para impor sua assistência; e a Inglaterra distinguiu-se particularmente no estabelecimento de um sistema geral desse tipo. É de se temer, todavia, que, embora isto possa ter aliviado um pouco a intensidade da desgraça individual, tenha espalhado o mal num âmbito muito maior” (Malthus, “Sobre as leis de amparo aos pobres”. In: Szmrecsányi, 1982, p. 66).

Segundo Malthus, se por uma subscrição dos ricos, os pobres passassem a receber uma assistência um pouco maior, poder-se-ia imaginar que eles seriam capazes de viver melhor com um nível de consumo de alimentos maior. Para Malthus esta seria uma conclusão totalmente falsa na medida em que a elevação dos rendimentos dos pobres acarretaria um



aumento na demanda por víveres e conseqüentemente uma elevação nos preços dos alimentos. Assim, o que parecia benefício aos pobres se transformaria em malefício para o conjunto da sociedade. Além disso, o aumento das “riquezas fantasiosas” criariam estímulo ao aumento da população. O aumento do consumo somado ao aumento da população teria como conseqüência a fome. Segundo Malthus, o mercado seria o indicador mais adequado para o estabelecimento dos preços e principalmente para o preço da mão-de-obra. Assim, “o preço da mão-de-obra, quando deixado encontrar seu nível natural, é um barômetro político dos mais importantes, expressando a relação entre a oferta e a demanda de provisões, entre a quantidade a ser consumida e o número de consumidores” (Malthus, “Sobre as leis de amparo aos pobres”. In: SZMRECSÁNYI, 1982, p. 74).

A ajuda paroquial e quaisquer benefícios aos pobres decorrente das leis de amparo aos pobres seriam prejudiciais a toda a sociedade também, pois ao distribuir parte da renda aos necessitados, que logo consumiriam toda a ajuda, poderia provocar, além do aumento da demanda, uma diminuição da poupança da sociedade, ou seja, “uma ascensão geral dos salários proporcional ao preço das provisões, ajudada por subsídios paroquiais adequados aos despedidos, por impedir qualquer tipo de poupança, causaria, da mesma maneira que um máximo, o consumo total em nove meses de uma safra que deveria ter durado doze e, assim, produziria a fome” (Szmrecsányi, 1982, p. 76).

Desse modo, toda a ajuda aos pobres não passava de uma ilusão, pois sua conseqüência inevitável seria o aumento da fome uma vez que além da elevação dos preços em função do aumento da demanda, ainda teríamos, com a aceleração do consumo, a eliminação dos estoques e de toda a produção de víveres antes mesmo que pudessem ser repostos no tempo e assim teríamos a piora para o conjunto da população. Parece que Malthus entende que a distribuição de renda conseqüente da ajuda aos pobres redundaria necessariamente em malefício para o conjunto da sociedade e, portanto, todas as leis de amparo aos pobres deveriam ser abolidas em benefício de todos.

Os argumentos de Malthus são contundentes e ganharam muitos adeptos. Para Malthus, as leis inglesas de amparo aos pobres tendem a deprimir a condição geral dos pobres das duas seguintes maneiras. Sua primeira tendência óbvia é aumentar a população sem aumentar a comida para seu sustento. (...) Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumidas nas casas de trabalho por uma parte da sociedade que não



pode, em geral, ser considerada como a mais valiosa diminui a porção que, de outra forma, pertenceria a membros mais industriosos e valiosos e, assim, da mesma maneira, força mais gente a se tornar dependente.

Os pobres trabalhadores vivem o presente e nunca se preocupam em economizar e fazer poupança. Com essa visão moral acerca dos pobres e com esse argumento Malthus conclui que os trabalhadores, mesmo quando “têm oportunidade de economizar, raramente a utilizam; mas, falando de maneira geral, tudo o que ganham acima de suas necessidades presentes vai para a cervejaria” (Szmrecsányi, 1982, p. 78).

A única alternativa para se evitar o aumento da população e o aumento da pobreza seria primeiro “a abolição gradual e muito gradual das leis de amparo aos pobres.” (Szmrecsányi, 1982, p. 94); e segundo, “prudência no casamento, que é o único meio moral de evitar um excesso de trabalhadores em relação à demanda” (Szmrecsányi, 1982, p. 96).

É evidente que a argumentação de Malthus não levava em consideração que o aumento da oferta de alimentos poderia minimizar os efeitos deletérios das pressões de demanda decorrentes do aumento da renda dos pobres. Tal aumento poderia advir tanto da introdução de tecnologias modernas no campo como também pela própria elevação da taxa de lucro em função da demanda reprimida decorrente do aumento da renda dos pobres. Mesmo assim, o aumento da oferta de alimentos somente pode se transformar em realidade considerando o médio e longo prazo.

2. As ideias de Karl Marx sobre a população

Para Karl Heinrich Marx (1818 – 1883) a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”. A mercadoria é uma coisa que satisfaz necessidades humanas materiais e espirituais. Tais coisas úteis podem ser consideradas sob duplo aspecto: segundo a qualidade e quantidade. A utilidade de uma coisa faz dela valor-de-uso.

Como medir a grandeza do valor de uma mercadoria? Por meio da quantidade da substância criadora de valor nela contida: o trabalho. A quantidade de trabalho abstrato, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração. Assim, para Marx, o valor é determinado pelo tempo de trabalho abstrato, socialmente necessário para a produção e reprodução de uma mercadoria. Deve-se considerar o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.



Assim, para Marx, quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menos seu valor. Assim, a grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade do trabalho que nele se aplica. A teoria do valor-trabalho de Marx possui uma singularidade. Partindo da ideia de que há algo em comum em todas as mercadorias e esse “algo” é o trabalho social abstrato, a teoria do valor de Marx caminhou para uma reflexão acerca do fetichismo da mercadoria, pois, para Marx, na sociedade produtora de mercadorias, “a igualdade dos trabalhos humanos fica dissimulada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores” (Marx, 1980, p. 80), ou como mercadorias que possuem valor.

Para Marx, uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. “o que interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua. Na medida em que costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho” (Marx, 1980, p. 83).

O fetiche da mercadoria quer dizer que a “determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias” (Marx, 1980, p.84).

A crítica da economia política de Smith e Ricardo aparece com nitidez quando Marx avança em sua análise da determinação do valor e do fetiche da mercadoria. Segundo Marx, “só a análise dos preços das mercadorias levava à determinação da magnitude do valor, só a expressão comum, em dinheiro, das mercadorias induzia a estabelecer-se sua condição de valor.” (Marx, 1980, p.84) O dinheiro, por sua vez, é o equivalente geral, em valor, de todas as mercadorias, por isso, “essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência” (Marx, 1980, p.84).

Marx entende que o comércio e o mercado mundiais inauguraram no século XVI a moderna história do capital. O capital é uma relação social de dominação, onde o trabalho morto, realizado ou cristalizado nas mercadorias, se apodera do trabalho vivo, ou aquele que está a produzir o valor.



A fórmula simples da circulação do capital, representada por $M - D - M$, onde a mercadoria é trocada por dinheiro e este, por sua vez, trocado por outra mercadoria, possui uma forma mais complexa ao lado dela representado por $D - M - D$, onde o dinheiro que se movimenta e desta vez como capital.

A fórmula geral da acumulação do capital, no entanto, é representada da seguinte maneira: $D - M - D'$, onde ($'$) é a mais-valia ou o valor que é acrescido aos custos no processo de produção. A mais-valia é o trabalho não pago, representado por aquela parte do valor das mercadorias que excede o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do valor da própria força-de-trabalho. É preciso considerar que a força-de-trabalho é também uma mercadoria, apesar de ser uma mercadoria especial cujo consumo do valor-de-uso significa a própria produção do valor. Vamos supor que a jornada de trabalho seja de oito horas e o valor da força-de-trabalho seja de quatro horas, isto significaria que a taxa de exploração, representada pela divisão do trabalho excedente pelo trabalho necessário seria de 100%, ou seja, seria de 4 horas. Este sobre-trabalho ou trabalho não pago é o excedente econômico gerado pelos trabalhadores na atividade econômica social e apropriado pelos capitalistas, que são os proprietários do capital e, portanto, das mercadorias ao final do processo de produção. Segundo a lei do valor de Marx, somente o trabalho humano é capaz de produzir valor e nas condições históricas do capital assume a forma de trabalho abstrato produtor de mercadorias. A mais-valia, ou trabalho não pago, é a origem, portanto, do lucro, do juro e da renda da terra, na medida em que para Marx o excedente econômico só pode advir da esfera da produção e, portanto, não do comércio nem tão pouco da usura.

A mais-valia pode ser absoluta, se sua origem for a extensão da jornada de trabalho, ou pode ser relativa, se nascer da redução do trabalho necessário. O trabalho necessário é aquele relativo ao valor da mercadoria força-de-trabalho, isto é, o tempo que os trabalhadores gastam para produzir o valor de si mesmos. Quando a produtividade geral da sociedade aumenta, significa que os valores unitários das mercadorias diminuem. Isto ocorre também com o valor da força-de-trabalho e uma vez que o trabalho necessário diminui, - mantendo-se a mesma jornada de trabalho -, a parte representada pelo trabalho excedente naturalmente cresce. Assim, para Marx, os capitalistas podem se apropriar de um trabalho excedente maior em função dos investimentos recaírem relativamente mais em tecnologia ou em capital constante do que em capital variável.



Ao transformar seu dinheiro em capital, o capitalista tem como custo o capital constante (máquinas e matérias primas, por exemplo) e capital variável (a força-de-trabalho) e a relação em valor dessas categorias é a chamada composição orgânica do capital. Para Marx “a acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se, com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável”. (Marx, 1980, livro I, vol 2, p. 730)

Este aumento constante da composição orgânica do capital ocorre que com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força-de-trabalho, mas em proporção cada vez menor. Sedo a procura de trabalho determinada pela magnitude do capital variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital global.

Sendo assim, a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, “que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1980, livro I, vol 2, p. 731). Esta é a chamada lei da população peculiar ao modo de produção capitalista. Esta “população supérflua” constitui o exército industrial de reserva que pode ser flutuante (ligado ao ciclo), latente (relativo à penetração do capital no campo), estagnada (o que hoje em dia chamamos de precarização do trabalho) e o mais profundo sedimento, relacionado, por exemplo, à indigência. Por isso, conclui Marx, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é a lei da população peculiar ao modo de produção capitalista”. (Marx, 1980, livro I, vol 2, p. 732)

Considerações finais

Malthus afirmou que a população, quando não contida por catástrofes naturais ou pela fome e miséria, cresceria em progressão geométrica e os alimentos cresceriam, na melhor das hipóteses, em progressão aritmética. O melhor remédio para o controle da explosão populacional, derivada das pulsões humanas, seria o controle moral, a contenção sexual e o adiamento dos casamentos.

Marx advertiu que, na medida em que aumenta a acumulação de capital, tem-se concomitante aumento dos investimentos em capital constante (máquinas, equipamentos, etc) relativamente maior do que em



capital variável (salários) na medida em que os capitalistas objetivam o lucro e buscam reduzir seus custos (salários) ou aumentar a taxa de exploração da classe trabalhadora. No processo ocorre o permanente aumento da composição orgânica do capital e a classe trabalhadora vai produzindo, a si mesma, como classe supérflua. Isto significa que para Marx a acumulação de capital necessita cada vez menos de trabalho vivo. O capital, que é uma relação social historicamente definida e contraditória, cria uma população de acordo com suas necessidades.

É possível afirmar, à guisa de conclusão, que as teorias da população de Malthus e Marx são diametralmente opostas. Na primeira, idealista, a dinâmica da população é determinada subjetivamente sendo seus determinantes de caráter individual e principalmente moral. Já na segunda, materialista, a dinâmica depende dos elementos do processo histórico objetivo: a luta de classes, a produtividade do trabalho, a composição orgânica do capital, a acumulação de capital e suas contradições.

Referências

- MALTHUS, Thomas Robert. "Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições" e "Sobre as leis de amparo aos pobres" In: TSZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) Thomas Robert Malthus. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 24, São Paulo: Ática, 1982.
- MARX, Karl. O Capital: contribuição à crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. O Capital: contribuição à crítica da economia política. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OLIVEIRA, Roberson & GENNARI, Adilson M. História do Pensamento Econômico. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

Recebido em 09 set. 2023 | aceite em 06 nov. 2023.

